

Luís Mauro Sá Martino

Faculdade Cásper Líbero –
FCL

Email:

lmsamartino@gmail.com

Itamar Montalvão

Faculdade Cásper Líbero –
FCL

Email:

itamar.montalvao@gmail.com



Este trabalho está licenciado sob
uma licença [Creative Commons
Attribution 4.0 International
License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Copyright (©):

Aos autores pertence o direito
exclusivo de utilização ou
reprodução

ISSN: 2175-8689

Jornalismo e desinformação em cartas de leitores para o jornal *O Estado de S. Paulo:* Uma aproximação inicial

*Journalism and disinformation in letters to
the editor of O Estado de S. Paulo:
An initial approach*

*Periodismo y desinformación en las missivas
de lectores para el O Estado de S. Paulo:
Una aproximación inicial*

Martino, L. M., & Montalvão, I. Jornalismo e desinformação em cartas de
leitores para o jornal “O Estado de S.Paulo”: uma aproximação inicial.
Revista Eco-Pós, 26(01), 190–210. [https://doi.org/10.29146/eco-
ps.v26i01.28036](https://doi.org/10.29146/eco-ps.v26i01.28036)

Dossiê Crises da democracia e desinformação: diagnósticos do tempo presente

<https://revistaecopos.eco.ufrj.br/>

ISSN 2175-8689 – v. 26, n. 1, 2023

DOI: 10.29146/eco-ps.v26i01.28036

RESUMO

O contexto político de desinformação, distorção sistemática de fatos e disseminação de informações falsas (*fake news*) trouxe novas dimensões para o debate sobre a recepção de notícias e sua importância para a democracia. Este trabalho traça a resposta dos leitores às notícias do jornal *O Estado de S. Paulo* sobre a pandemia de Covid, expressa em 123 cartas ao editor de 2020 a 2022. O material foi analisado a partir de elementos da análise de conteúdo de Bardin (2010) e Franco (2012). A análise das cartas sugere que (1) os leitores confrontam as notícias com “fatos” de qualquer fonte; (2) há certa desconfiança em relação às notícias, vistas como politicamente tendenciosas contra o então presidente; e (3) convicções pessoais, mesmo sem embasamento, parecem ser colocadas acima dos fatos. Sugere-se que a desinformação não é necessariamente falta de informação, mas o apego a convicções anteriores construídas sobre informações incorretas.

PALAVRAS-CHAVE: *Jornalismo; Desinformação; Cartas de leitores; Pandemia de covid-19.*

ABSTRACT

The political context of misinformation, systematic distortion of facts and dissemination of false information (*fake news*) has rekindled the debate on news reception and its importance to democracy. This paper outlines the readers' response to *O Estado de S. Paulo* news on the Covid pandemics, as expressed in 123 letters to the editor from 2020 to 2022, analysed following Bardin (2010) and Costa (2012). The letters, although unpublished, are available to anyone by request. Main findings suggests that (1) readers confront news with their own 'facts', whatever their source; (2) there is a suspicion of the news, often seen as politically biased against the so-president; e (3) reader's personal convictions seem to be put above facts. The discussion suggests that disinformation may be seen not as a lack of information, but as the attachment to previous convictions built on incorrect information.

KEYWORDS: *Journalism; Disinformation; Letters to the editor; Covid-19 pandemics.*

RESUMEN

El contexto político de desinformación, distorsión sistemática de los hechos y difusión de información falsa (*fake news*) ha reavivado el debate sobre la recepción de noticias y su importancia para la democracia. Este documento describe la respuesta de los lectores a las noticias de *O Estado de S. Paulo* sobre la pandemia de Covid, expresada en 123 cartas al editor de 2020 a 2022, analizadas según Bardin (2010) and Costa (2012). Los hallazgos principales sugieren que (1) los lectores confrontan los hechos noticiosos con sus propios "hechos", cualquiera que sea su fuente; (2) existe una sospecha generalizada de las noticias, a menudo vistas como políticamente sesgadas contra el entonces presidente; y (3) las convicciones personales del lector parecen estar por encima de los hechos. La discusión sugiere que la desinformación puede verse no como falta de información, sino como el apego a convicciones previas construidas sobre información incorrecta.

KEYWORDS: *Periodismo; Desinformación; Cartas al editor; Pandemia de covid-19.*

Submetido em 08 de março de 2023

Aceito em 19 de junho de 2023

Introdução

Qual a resposta de leitoras e leitores de jornal às informações publicadas? Em que medida o acesso a um dado, publicado de acordo com os cânones do jornalismo, pode contribuir para alguma reflexão por parte do público? Diante da pluralidade contemporânea de fontes de informação, qual o valor da informação jornalística para o público? Nos últimos anos, o contexto político de desinformação, distorção sistemática de fatos e disseminação de informações falsas (*fake news*) levou a uma renovação desse debate, acrescentando novas dimensões a um tema clássico na comunicação (Genro Filho; 1987; Meditsch, 1992; Sponholz, 2009). Trata-se de pensar as novas configurações da informação e sua importância para a democracia.

Para o jornalismo, isso significa concorrer com um volume inédito de dados que, no contexto das mídias digitais, reivindicam a mesma validade até então conferida às redações. A disseminação de informações sem qualquer comprovação nas mídias sociais, bem como a radicalização da polarização política, levou a uma progressiva desconfiança em relação ao trabalho jornalístico, quando não à franca hostilização de suas condutas e procedimentos — e, muitas vezes, aos próprios jornalistas. Essa deslegitimação, promovida muitas vezes por figuras públicas, acontece em um momento no qual outras fontes de informação se apresentam como alternativa.

As pesquisas sobre mídia e desinformação, indicam Freelon e Wells (2020) e Li (2020), começaram a se estabelecer como uma agenda de pesquisa de comunicação. Há um número considerável de eventos, livros e artigos nos últimos anos, indicando algumas das dimensões que o tema vem ganhando. A disseminação de informações falsas, embora anterior à pandemia de Covid-19, parece ter encontrado um espaço ainda maior nesse cenário, sendo tematizado

Dossiê Crises da democracia e desinformação: diagnósticos do tempo presente

<https://revistaecopos.eco.ufrj.br/>

ISSN 2175-8689 – v. 26, n. 1, 2023

DOI: 10.29146/eco-ps.v26i01.28036

conforme sua politização aumentava — veja-se, por exemplo, Featherstone e Zhang (2020) Montalbano (2021), Sheares *et al.* (2020), Oji (2022) ou Shen e Zhou (2021).

Este trabalho estuda a resposta pública a informações jornalísticas sobre a pandemia de Covid-19, expressa em um conjunto de cartas de leitores enviadas ao jornal *O Estado de S. Paulo* entre abril de 2020 e abril de 2022, mas que não foram selecionadas para publicação por não atenderem a um dos requisitos fixados pelo periódico para veiculação de opiniões de seus leitores — aquelas com informações falsas, acusações ou que contradigam fatos científicos não são publicadas. As cartas foram obtidas mediante solicitação à Diretoria de Opinião, onde estão à disposição de qualquer pessoa. Uma parcela deste texto está ligada à dissertação de mestrado de uma das autorias, tendo passado, aqui, por consideráveis modificações.

Em termos metodológicos, as 123 cartas obtidas junto à Diretoria de Opinião passaram inicialmente pelo que Bardin (2010) e Franco (2012) denominam “leitura flutuante”, na procura por temáticas comuns. Foram excluídas, nesse primeiro momento, cartas estritamente ofensivas. Nas demais, já em uma leitura que buscava temáticas predominantes no conteúdo, observou-se o confronto das notícias apuradas e publicadas pelo jornal com informações incorretas, vindas de fontes não jornalísticas. Observou-se também o viés político desses dados, geralmente utilizados para se opor às informações do jornal, sob alegação de que seriam “enviesadas” contra o então governo. O conteúdo mostrou, assim, uma intersecção entre jornalismo, desinformação e política.

As discussões deste artigo seguem esses caminhos indicados pela análise de conteúdo da empiria. Note-se que, exclusivamente por razões de espaço, foram escolhidos trechos representativos das cartas dos leitores, optando-se, quando possível, mais pela reprodução de trechos completos do que pelo uso de excertos. Procura-se, com isso, contextualizar o quanto possível os argumentos utilizados pelas autorias das cartas¹.

Sendo ao mesmo tempo um gênero opinativo e uma resposta social às notícias e reportagens, como caracterizam Braga (2004), Santo e Dumont (2014) e Lima, Fernandes e

¹ A expressão “cartas”, aqui, é utilizada de maneira genérica para se referir à correspondência enviada ao veículo, uma vez que se trata, na prática, de mensagens enviadas por e-mail.

Costa (2019), cartas de leitores e leitoras representam a disposição e a mobilização para, diante de uma notícia publicada, se dar ao trabalho de escrever e manifestar sua opinião. Em termos contemporâneos, apresenta a especificidade de ser enviada ao veículo, não postada em redes sociais. Mostram-se também como espaço de manifestação de olhares, perspectivas e saberes mobilizados por uma mensagem jornalística que é, nesse momento, confrontada, avaliada e complementada a partir da perspectiva de quem, como leitora ou leitor, entende-se também como parte de uma autoria, com algo a dizer sobre os fatos reportados, assinalam Santo e Dumont (2014).

As cartas — impressas ou digitais — podem ser entendidas como forma de participação no circuito da notícia e oportunidade de debates públicos a respeito de questões de interesse geral, na visão de Silva (2009). Ao mesmo tempo, vale ter em mente as limitações desse tipo de análise, levando em conta a ausência de representatividade estatística das cartas, bem como seus diferentes graus de engajamento — ressalvas indicadas em trabalhos semelhantes de Wahl-Jorgensen (2001), Richardson e Franklin (2004), Pastor (2006), Silva (2012) e Perrin (2016).

No que se segue, o texto divide-se em três partes: (1) contextualiza-se brevemente a ideia de “desinformação”; (2) argumenta-se sobre a especificidade da informação jornalística no contexto da pluralidade de fontes; (3) por fim, trabalha-se o recorte do objeto empírico, as cartas, a partir desses aspectos conceituais apresentados nos dois primeiros momentos.

1. Desinformação como fenômeno e como conceito

Conquanto o termo “desinformação” tenha ganhado um progressivo espaço no debate público, sobretudo no contexto da pandemia de Covid-19 e nos recentes cenários eleitorais, seu uso nem sempre ultrapassa certa coloquialidade, sendo associado a expressões como “manipulação”, “distorção”, “omissão” ou “ignorância” (Floridi, 2010; Freelon; Wells, 2020). Falar sobre desinformação parece demandar um retorno à palavra em sua forma afirmativa, “informação”, tendo em mente que o caminho a seguir se refere a uma possibilidade, sem pretensões ao esgotamento do assunto.

Pautado em Gobry (2010), “informação” deriva do grego antigo *morphê* (“metamorfose”, “mudança de forma”) e se referia ao aspecto formal de algo, em contraste com o conteúdo. Havia uma proximidade com noção de “ideia” (*eidos*) enquanto forma abstrata de alguma coisa, em oposição à matéria de seu conteúdo — a ideia de “ser humano” como “forma”, de um lado, e a singularidade de cada pessoa enquanto “conteúdo”, de outro. Longe de ser neutra, estaria ligada às condições de existência do conteúdo.

A tradução latina de *morphê* para *forma* se aproxima do vocabulário contemporâneo: como recorda Cohn (1998, p. 17), “informar” é colocar dentro de um formato — em termos de “formatar”, para usar uma palavra de uso corrente. Na explicação de Cresswell (2010), a expressão está perto de “conformar”, “deformar” na preocupação com a exterioridade de algo, o “formal” e a “formalidade”. A partir dessa perspectiva a noção chega aos estudos de comunicação, nos anos 1940, lembra Santos (2014) — e, a partir dos anos 2000, se liga aos debates sobre “desinformação”.

Essas questões podem estar na origem de certa dificuldade para definir “desinformação”. No universo anglo-saxônico, nota-se a existência de dois termos próximos, mas não sinônimos. Em obra de referência, Chandler e Munday (2010) estabelecem uma diferença entre *misinformation*, informação incorreta que pode ser fruto de um erro involuntário, e *desinformation*, a divulgação de dados deliberadamente falsos com vistas ao engano ou à indução ao erro. A tradução para a língua portuguesa deixa de lado essa distinção. A apropriação desses termos nos estudos de comunicação parece ser recente: “desinformação” não aparece em obras de referência como as de Abercrombie e Longhurst (2007) ou Marcondes Filho (2014).

A ideia de “informação” é um dos conceitos mais antigos em uso na área de comunicação, desde Pignatari (1967), Eco (1971), Shannon e Weaver (1975) ou Moles (1978), dentre outros. Como assinalado em outros momentos por Martino (2018), a palavra chegou a ser usada de maneira intercambiável com “comunicação” por Pignatari (1967) e Melo (1999).

Como recorda Santos (2014, p. 249), a informação tem como objetivo a redução da incerteza a respeito de algo, dentro de uma perspectiva linear e mecanicista — estão ausentes

juízos sobre suas qualidades cognitivas ou éticas: na medida em que pode reduzir a incerteza e oferecer algum dado sobre algo, a informação teria cumprido sua tarefa.

Na retomada desse sentido da palavra, e não sem algo de paradoxal, a desinformação também é “informação”, na medida em que traz algo de novo; a desinformação não seria a falta ou ausência de informação, mas a presença de dados incorretos que estabelecem um direcionamento falso para o sistema no qual se inserem.

Pode-se, assim, compreender que o acesso à informação não é garantia de uma reflexão mais rigorosa, do debate de ideias ou da possibilidade de rever pontos de vista. Da perspectiva da Teoria da Informação, qualquer dado novo em um sistema conta como “informação”, seja ele verdadeiro ou falso. Essas categorias não estão em jogo quando se fala de “informação” enquanto “novidade”: o dado não é avaliado enquanto “verdade”, mas por sua capacidade de trazer algo de novo para um sistema — adaptando uma argumentação de Eco (1971), a luz de alerta que acende no painel de um automóvel informa a respeito das condições de uso do motor e condução, mas não se pauta na perspectiva de dizer “a verdade” sobre o que está acontecendo com o veículo. Trata-se de um dado que pode, inclusive, ser negado pelo condutor (“isso não é nada”).

Essa noção de informação, apesar de seus limites, oferece pistas para compreender a desinformação não como falta ou negação de dados, na medida em que mesmo uma informação errada depende de sua presença, mas como uma informação que induz ao erro.

Paradoxalmente, a desinformação requer uma carga consideravelmente alta de informação. Definir se uma informação é “verdade” não depende exclusivamente de seus dados, mas do confronto com um repertório anterior do receptor. Neste ponto, a desinformação seria uma “informação”, mas sem âncora relativa a uma realidade empírica — no argumento derivado de Eco (1971), seria como uma luz que acendesse no painel devido a algum problema da lâmpada, induzindo à falsa perspectiva da existência de algo errado com o veículo.

A noção de “desinformação”, portanto, está situada em um nível caracterizado pelos usos sociais da informação e da possibilidade de formulação de juízos de valor sobre a validade dos dados. Esse valor, note-se, está ligado a critérios morais e éticos, não só cognitivos.

A desinformação assume um espaço crucial ao minar a existência desse entendimento mínimo: enquanto informação deliberadamente pautada para induzir a concepções e conclusões vinculadas a determinados valores, tende a solapar a existência de um terreno comum para o debate — a democracia pressupõe, acompanhando em linhas gerais a perspectiva proposta em Habermas (2006), a existência de alguns pontos em comum sobre os quais se aceita debater (“concordar em discordar”) para se chegar a algum entendimento.

É possível aproximar essa ideia da concepção de informação como “reduzidor de incerteza”, em Santos (2014, p. 249): independentemente de ser verdadeira ou falsa, a qualidade de uma informação está ligada à possibilidade de reduzir uma incerteza, confirmando os pontos de vista já existentes e provendo, a quem a recebe, o reconforto da reafirmação de suas crenças. Nessa perspectiva, o debate público não é visto como troca, mas como ameaça na medida em que exige a exposição a outros pontos de vista.

2. A informação jornalística e a pluralidade de fontes de informação

Se a noção de “desinformação”, do ponto de vista da Teoria da Informação, apresenta problemas de definição e apreciação prática, a ideia de “informação jornalística” permite algumas aproximações que direcionam a argumentação deste texto. “A informação é o resultado da mediação jornalística que possibilita ao público o conhecimento dos fatos atuais”, define Benedeti (2009, p. 9).

As direções gerais não diferem muito em relação aos procedimentos jornalísticos: por exemplo, quais fatos podem ou não se tornar notícia (Sponholz, 2009), o que é um acontecimento (Benetti; Fonseca, 2010; Leal; Antunes; Vaz, 2011), das rotinas produtivas e coberturas, de Tuchman (1978) às perspectivas mapeadas na coletânea de Silva, Silva e Fernandes (2014).

Quando o foco se amplia para o estudo das relações entre essas informações, suas condições de produção e contextos de recepção, as questões ganham outras dimensões: o que está em jogo é o lugar social da informação jornalística em um contexto no qual a quantidade de informações concorrentes é praticamente incomensurável.

Vale discutir, nesse aspecto, a informação jornalística frente ao espectro de informações concorrentes presente nas mídias digitais.

McNair (1998, p. 141) avançava a expectativa de que a internet fosse capaz de “efetivamente destruir” o controle exercido pela elite sobre a produção e disseminação de informações. E acrescentava o potencial de “democratização da mídia”, bem como de criação de um conhecimento livre dos constrangimentos políticos e econômicos característicos da prática jornalística que analisa em seu trabalho. O autor questiona se essa visão não seria “utópica e fora de lugar”, e lembra que esse cenário traria, por outro lado, uma considerável dificuldade de fiscalização e regulamentação

O cenário atual talvez não contemple a perspectiva otimista de McNair (1998): embora existam potencialmente tantas fontes de informação quantas forem as pessoas capazes de postar algo em uma mídia social, a qualidade dessas informações é questionável, quando não deliberadamente alterada para induzir ao erro. Observa-se também a quebra da hierarquização qualitativa da informação, tornando equivalente a informação jornalística corretamente apurada e elaborada de acordo com os cânones da área (sem excluir a possibilidade de erros e enviesamentos) e a simples exposição de uma opinião pessoal, de rumores e informações falsas.

O jornalismo conseguiu se adaptar com relativa facilidade ao ambiente da internet, ainda que a um elevado custo financeiro e, sobretudo, humano — incluindo uma ampliação da carga de trabalho e das tarefas do jornalista (Adghirni, 2012, p. 64). O cenário das mídias digitais, no entanto, mostrou que a pluralidade de fontes de conteúdo é um desafio para a produção jornalística, atingida em sua especificidade — o estabelecimento de um acordo tácito de credibilidade com o público leitor (França, 2002; Benetti, 2010, p. 144; Benetti; Storch; Finato, 2011).

A informação jornalística, produzida em complexos espaços empresariais, dotada de uma preparação específica e fruto de conhecimentos relativamente autônomos e restritos aos seus praticantes, se vê na contingência de concorrer em pé de igualdade com todo tipo de dado em circulação nas redes sociais. Em alguns casos, esse conteúdo é apresentado em uma linguagem próxima do jornalismo, deliberadamente para confundir o público.

Vale recordar, enquanto perspectiva ética, que ninguém está, de antemão, protegido de informações falsas. Algumas pesquisas mostram, inclusive, a existência de uma falsa sensação de segurança decorrente do chamado “efeito de terceira pessoa”, a ideia de que os “outros”, tornada categoria genérica, são mais influenciáveis e influenciados do que “nós” (Martino, 2009; Stefanita; Corbu; Buturoiu, 2018; Koo *et. al.*, 2021).

A possibilidade de qualquer pessoa usar as mídias sociais para falar diretamente com seus públicos joga com a impressão de que o jornalismo não seria mais necessário, na medida em que há uma interação direta entre a fonte e o público. Reforça-se, assim, uma sensação de proximidade com a audiência, na medida em que é possível responder ou interagir com esse conteúdo.

Alguns atores do campo político, em particular, parecem ver nisso a possibilidade de evitar a checagem, o confronto com outras informações ou o contraditório presentes — espera-se — na apuração e construção da notícia. Seria possível questionar, adotando brevemente o ponto de vista do público, qual é a importância de ler, em um veículo noticioso, a cobertura do que meu candidato disse se posso segui-lo em suas redes e conhecer suas declarações em primeira mão, sem as mediações — alguns chamariam de “distorções” — do jornalismo?

Diante de uma informação que contradiz um ponto de vista já definido, mostram Walter e Salovich (2021), o apego à própria opinião, mesmo demonstrada como incorreta, dificulta qualquer aproximação no sentido de corrigi-la ou questioná-la. Não se trata, evidentemente, de uma questão localizada em seu aspecto epistêmico: como indicam Thorson (2016) e Wang *et al.* (2020), fatores afetivos e emocionais têm um lugar fundamental no apego a crenças e modos de pensar.

Seria ingenuidade, evidentemente, sugerir uma dicotomia entre uma informação jornalística “boa” e os dados “ruins” nas redes digitais. Uma postura desse tipo deixaria de lado não apenas o potencial associativo das mídias digitais, mas também a importância dos agenciamentos produzidos por sujeitos e grupos autônomos na produção de suas próprias narrativas e discursos a respeito de si mesmos e de suas modalidades de habitar o mundo.

Igualmente apressado seria considerar a informação jornalística como a única correta, descartando todo um histórico de tomadas de posição e direcionamento no jornalismo.

Ainda assim, vale considerar também os esforços de deslegitimação da atividade jornalística como um todo presentes em diversas mensagens em circulação nas mídias sociais. Como recorda Benedeti (2009, p. 9), a informação jornalística é um alvo costumeiro de críticas vindas dos mais diversos setores sociais e econômicos, bem como de vários lados do espectro político e partidário. Se a crítica pode ser um instrumento de aperfeiçoamento da prática, o que se vê, a partir do final da década de 2010, é a recusa sistemática por parte de alguns grupos sociais em atribuir qualquer tipo de valor à informação jornalística.

3. A desinformação como abordagem política da pandemia de Covid-19 nas cartas de leitores

Os principais jornais do país mantêm espaços regulares de participação de seus leitores no debate público. Normalmente situados nas seções de opinião, próximos aos editoriais e aos artigos assinados, esses fóruns costumam refletir, em alguma medida, as opiniões correntes dos cidadãos sobre os acontecimentos noticiados todos os dias pela imprensa. Esse espaço de interação dos leitores com os veículos constitui um “cenário de democracia” (Silva, 2012). Evidentemente, deve-se considerar o fato de as cartas publicadas passarem pelo crivo da empresa jornalística, detentora da prerrogativa de selecionar e editar os originais. As cartas dos leitores servem como um ponto de observação da percepção da sociedade sobre fatos e notícias, e não devem ser tomadas como representativas em termos demográficos ou estatísticos.

No âmbito desta pesquisa, o conjunto de cartas enviadas por leitores ao jornal *O Estado de S. Paulo*, entre abril de 2020 e abril de 2022 se pauta, em boa medida, pela ressonância de discursos do então presidente Jair Bolsonaro nas argumentações empregadas por esses leitores na defesa de seus pontos de vista sobre as medidas sanitárias, principalmente, no primeiro ano da pandemia, em relação à vacinação de adultos e crianças.

Foram observadas similaridades entre o discurso adotado pelo ex-presidente sobre a pandemia de Covid-19, no sentido de reduzir sua gravidade e produzir o que se convencionou chamar de “imunidade de rebanho”, e os argumentos dos quais se valeram aquele grupo de missivistas que não tiveram suas cartas aprovadas para publicação por violação da política editorial do *Estadão* (conteúdo contrário ao conhecimento científico). Havia, desse modo, uma ressonância do ponto de vista dado pelo então chefe de Estado à crise sanitária sobre uma determinada parcela da população — um grupo de pessoas com acesso a informações apuradas de acordo com os padrões técnicos e éticos do jornalismo profissional.

Parte-se da premissa de que os indivíduos que se dispuseram a escrever para o jornal possuíam acesso às reportagens, editoriais e artigos de opinião publicados pelo *Estadão* sobre a pandemia. Tinham à disposição informações jornalísticas que, em grande medida, contrapunham-se às falas do ex-presidente da República sobre a Covid-19, sobretudo em relação às vacinas, ao distanciamento social e aos supostos tratamentos para a doença. Ainda assim, alguns leitores optaram por expressar opiniões próximas às de Bolsonaro nas cartas ao *Estadão*. No que concerne ao chamado “tratamento precoce”, um leitor do Rio de Janeiro escreveu ao jornal, em maio de 2020, nos seguintes termos:

Ninguém pode deixar de reconhecer que Bolsonaro luta bravamente para que o Brasil não venha a falir. Sua luta, porém, esbarra nas suas atitudes violentas e provocativas que destroem tudo que poderia haver de bom nas suas intenções. Ele acha, por exemplo, que a cloroquina pode salvar vidas, mas seu apoio ao medicamento gera mil reações contrárias, muitas, certamente, de pessoas que não gostam dele. A pergunta que se torna fundamental é: qual interesse que Bolsonaro teria nessa história se não o de curar a covid-19? Por outro lado, a Anvisa autoriza seu emprego, mesmo sabendo dos seus raros efeitos colaterais. Também a Organização Mundial da Saúde, ao dizer que os estudos a respeito do uso são inconclusivos e não definitivos, não fecha a porta a esse tema. Como médico atuante, já receitei cloroquina para cinco pacientes que tiveram contato com portadores da Covid 19 e começaram a ter sintomas leves, mas consideráveis; e os cinco ficaram bons. A dúvida que fica é: eles ficaram bons espontaneamente, e não por conta da cloroquina? (G.S.J, homem, Rio de Janeiro, 22/5/2020).

Note-se que a manifestação do leitor, no sentido de atribuir à cloroquina, fortemente defendida pelo então presidente da República na época do envio da carta, é semelhante à

tentativa de mostrar a ideia de que, se a ciência não atestava os benefícios da cloroquina para o tratamento da Covid-19, tampouco havia provado a existência de resultados adversos.

Outro exemplo da interpretação da pandemia compartilhado por Bolsonaro e por um grupo de leitores do jornal diz respeito ao suposto complô para, com exploração política da crise sanitária, deteriorar a sustentação política do governo e, no limite, reduzir suas chances de reeleição.

Embora ainda considere o Estadão como um dos esteios do bom jornalismo — entre os grandes, o único — decepção-me quando vejo que o jornal não abre o espaço para comentários de seus leitores em importantes reportagens. Hoje, lendo “O Supremo e a lei sob ataques”, não pude rechaçar o descabimento que é culpar o presidente Bolsonaro pelas reações às ações sem limites do STF. E tudo é público: na prática, ao permitir que Lula se candidate, inocentam-no; prendem deputados e/ou os mantêm silenciosos sob ameaças; impedem que se faça o recibo impresso do voto e, assim, a sua prova dos nove; impedem que o presidente designe auxiliares, ao invés de mandar processá-los caso tenham conduta ilegal! E tudo que o jornal faz é denunciar “rachadinhas” e reações indignadamente justas de Bolsonaro. Não são ações, gente, são reações! Tenha a santa paciência, caro redator-chefe deste jornal! Não se mire no exemplo da Rede Globo, que nunca vê o todo, só a parcela de erros e excessos do presidente. (...) Estão pensando o quê? Que todos somos idiotas? (R.M., homem, Salvador, 8/2/2022).

Parece relevante entender como o público leitor colabora, seja por cartas, comentários, tuítes, retuítes, telefonemas, e-mails etc., para ampliação do sentido das notícias por meio do que Matheus (2013) classifica como um “jogo intertextual”. Cartas do leitor não dizem respeito apenas à relação entre os leitores e o veículo jornalístico, mas entre os leitores. Como reflexos do modo como seus autores veem o mundo, cartas “contribuem também para revelar o *mise-en-scène* que tanto o público leitor quando os próprios jornais realizam enquanto atores de um mundo discursivo inseridos no processo de produção, organização e transmissão da informação” (Santo, 2012, p. 20-21).

Uma parte do público leitor sente-se compelida a participar do processo jornalístico, por meio da manifestação da opinião, como forma de influenciar o debate público, como destaca Melo (2003) e validar determinadas posições sobre temas de relevância. Beltrão (1980) já sustentava que a carta do leitor é uma das formas mais significativas de colaboração do público com o veículo jornalístico.

Deve-se registrar ainda que, como subgênero do gênero opinativo do jornalismo (Melo, 2003), cartas dos leitores fazem parte de uma tríade de categorias de opinião veiculadas pelos jornais: a da empresa jornalística (editor/a), as dos próprios repórteres e, por fim, as dos leitores.

As cartas dos leitores, por fim, devem ser tomadas em um contexto de disputas discursivas que têm por objetivo, ao fim e ao cabo, influenciar a percepção da sociedade sobre temas de interesse público, como a pandemia de Covid-19.

Desde o começo da pandemia de Covid-19, o ex-presidente Jair Bolsonaro definiu a emergência sanitária não como a maior ameaça à saúde dos brasileiros desde ao menos a Gripe Espanhola (1918-1919), mas como uma “gripezinha”. Como analisam Campos (2020), Nunes e Pereira (2022), Machado, Silva e Machiavelli (2022), essa ação político-administrativa foi orientada por um entendimento que a mostrava como uma doença “banal”, que acometeria “fatalmente” indivíduos já vulneráveis, e, por meio da disseminação desenfreada do patógeno, fortaleceria o sistema imunológico dos indivíduos jovens e resistentes — a “imunidade de rebanho”.

Atitudes de crítica de Bolsonaro contra governadores e instituições de Estado, como o Supremo Tribunal Federal (STF), também ressoaram no Fórum dos Leitores do *Estadão*. Algumas cartas analisadas sugerem ressonâncias do discurso político de Bolsonaro nas argumentações de leitores que defenderam pontos de vista. Particularmente, a partir da ideia disseminada pelo ex-presidente de que a emergência sanitária não era “tão grave” e seus “adversários”, incluindo a imprensa, estariam motivados a tirá-lo do cargo:

Vejo com tristeza que a cada dia mais hipócritas, irresponsáveis, sem caráter e mentirosos vem se escondendo sob o manto de “consórcios”, arranjos sempre nebulosos, feito por gente com essas características para não terem a responsabilidade atribuída a eles mesmos diretamente, assim se escondendo em grupo. Este novo consórcio Brasil Verde é uma vergonha nacional. Os governadores se eximem de qualquer culpa na gestão de seus estados, imputando ao governo federal uma responsabilidade que é deles, a exemplo do famoso consórcio da covid de São Paulo, que de nada serviu à nação durante a pandemia. E ainda acoberta desmandos “Supremos” e convive com golpes brutais contra a democracia. Eis a nova ORDEM. Que saudade dos homens de bem (G.A.C, homem, São Paulo, 1/3/2022).

Outras cartas revelam, ainda, a adoção de uma narrativa, presente em outras cartas publicadas ao longo do artigo, sobre um suposto arranjo articulado por governadores, prefeitos e STF para desestabilizar o governo federal:

A aventura populista do governador de São Paulo começa a cristalizar outros contornos, dessa vez com qualidade do resultado alcançado com o programa de vacinação, que tem o fornecimento de vacinas pelo governo federal, mas sob responsabilidade de execução do governo estadual. O problema é que além da Coronavac ser um produto sabidamente de baixa qualidade, a vacinação tem sido feita invariavelmente fora do protocolo fornecido pelos fabricantes, o que já está levando o governo de São Paulo a considerar uma terceira dose à parcela da população que já recebeu duas doses. E o problema não se restringe à aplicação da Coronavac. A segunda dose da vacina da Pfizer vem sendo aplicada com um mínimo de 84 dias de intervalo quando o protocolo da fabricante (completamente baseado nos estudos científicos realizados na fase III de testes) é de 21 dias. Mesmo tendo a fabricante sendo taxativa que muitos pacientes não apresentarão nenhuma reação à vacina antes da segunda dose, o governo de São Paulo vem aplicando a segunda dose do produto em prazo “apenas” quatro vezes maior do que aquele recomendado pela bula do produto. A baixa efetividade do programa de vacinação de São Paulo não pode ser ignorada na medida que a parcela da população mais frágil ao vírus já foi vacinada, mas continua morrendo. Se o compromisso com o erro de Doria não continuar, não se espantem se o governo convocar todos a reiniciar o programa de vacinação, com a aplicação de mais duas doses de vacina. O problema é que Doria está se revelando um apaixonado por seus erros. Procura-se um estadista (O.T., homem, São Paulo, 25/5/2021).

Leeper e Slothuus (2014) sugerem que membros de um grupo tendem a interpretar informações e dados da realidade factual de forma a beneficiar o próprio grupo e amenizar o desconforto emocional causado por um fluxo informacional que contraria crenças e valores nos quais se sustentam. Nesse sentido, nos discursos que procuravam minimizar a gravidade da pandemia de Covid-19, subjazia a necessidade, como apontado por Pereira, Medeiros e Bertholini (2020), de imprimir uma narrativa uniforme sobre a emergência sanitária voltada para a manutenção da coesão e da mobilização de grupos mais radicalizados.

Atitudes como essa abrem espaço para a circulação de teorias da conspiração que dificultaram, quando não impediram, a compreensão da gravidade da pandemia de Covid-19 por uma parcela da sociedade brasileira. O discurso teórico-conspiratório, presente nas cartas de leitores, abarcou desde a ideia de que as grandes empresas farmacêuticas teriam se unido em

conluio para vender vacinas “desnecessárias” e enriquecer seus acionistas até elucubrações místicas envolvendo interesses da Igreja Católica.

Uma coisa é certa: os fabricantes de vacinas estão adorando ganhar dinheiro! Não demora e vão recomendar que a população seja vacinada contra a Covid-19 uma vez por mês! (R.M., homem, Belo Horizonte, 10/12/2021).

Nunca tantos foram enganados por tão poucos. Já estamos na quarta dose de reforço das vacinas, a maior prova de sua inocuidade. (E.J.A., homem, São Paulo, 26/1/2022).

Um leitor, autointitulado “Patriarca do Patriarcado Católico Bizantino”, escreveu ao jornal, em 11 de abril de 2022, para dizer que a “verdadeira ciência”, cujos achados teriam sido deliberadamente escondidos da humanidade por ordem direta do “pseudo-papa” Francisco, indicou que a vacinação contra a Covid-19 não seria outra coisa senão uma ação sub-reptícia para “alterar o genoma humano”. O objetivo do arдил, de acordo com o autor da carta, seria tornar cada ser humano vacinado uma “fábrica de novos e mortais vírus”, o que, mais cedo ou mais tarde, culminaria “na extinção de todos por causa de uma mentira total”.

Considerações finais

No contexto de uma crise da democracia, materializada pela ascensão de lideranças de viés populista-autoritário ao poder em vários países a partir de meados da década de 2010, as cartas dos leitores servem à investigação científica como objeto de análise das articulações do discurso de desinformação do qual se valem aquelas lideranças para impor à sociedade uma realidade moldada não por fatos, mas por seus desígnios político-eleitorais. Sem haver entre cidadãos e cidadãos um consenso mínimo sobre o que é fato e invenção, o debate público passa a ser travado como uma batalha de crenças pessoais que, somadas a fatores como a necessidade de pertencimento ao grupo e os enquadramentos compartilhados, corroem a democracia.

O debate sobre desinformação, incorreções e informações falsas parece estar se configurando como um dos pontos de debate do jornalismo contemporâneo, sobretudo quando se pensa em nas dimensões éticas e morais, mas particularmente políticas, decorrentes desse tipo de procedimento. E, se esse tipo de problema efetivamente já existia em momentos

anteriores, o ambiente das mídias digitais parece ter proporcionado um espaço sem precedentes de proliferação desses dados.

Foi possível notar, ao longo da pesquisa com as cartas enviadas ao jornal, que (1) os leitores tendem a confrontar os fatos das notícias com suas próprias narrativas, sejam elas verificadas ou não, independentemente de suas fontes; (2) há uma desconfiança generalizada em relação às notícias, e ao próprio jornalismo como atividade profissional, muitas vezes vistas como enviesadas politicamente contra o então presidente; e (3) as convicções pessoais do leitor parecem ser colocadas acima dos fatos verificados e confirmados pelo jornal. Nota-se que a desinformação não é falta de informação, mas o apego a convicções anteriores, e qualquer informação que as desafie é vista como uma ameaça.

A discussão partiu do conceito de “informação” como baliza para pensar a ideia de “desinformação”, passando em seguida para a especificidade da informação jornalística a partir da análise do objeto empírico, as respostas do público leitor do jornal *O Estado de S. Paulo* a notícias sobre a pandemia de Covid-19.

Vale reconhecer os limites desta pesquisa e do caráter localizado dos dados obtidos. Mais do que qualquer generalização, entende-se a possibilidade de observar as informações apresentadas como sintomas de problemas mais amplos, bem como da necessidade de pensar as condições sociais da prática jornalística em uma sociedade na qual o excesso de informações, não a falta, parece se ligar aos processos de desinformação.

Referências bibliográficas

ABERCROMBIE, Nicholas; LONGHURST, Brian. *Dictionary of Media Studies*. Londres: Penguin, 2007.

ADGHIRNI, Zélia N. Mudanças estruturais no jornalismo. In: PEREIRA, Fábio; MOURA, Dione; ADGHIRNI, Zélia L (Orgs). *Jornalismo e Sociedade*. Florianópolis: Insular, 2012, p. 61-80.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2010.

BELTRÃO, Luiz. *Jornalismo opinativo*. Porto Alegre: Sulina, 1980.

Dossiê Crises da democracia e desinformação: diagnósticos do tempo presente

<https://revistaecopos.eco.ufrj.br/>

ISSN 2175-8689 – v. 26, n. 1, 2023

DOI: 10.29146/eco-ps.v26i01.28036

- BENEDETI, Carona A. *A qualidade da informação jornalística*. Florianópolis: Insular, 2009.
- BENETTI, Marcia; STORCH, Laura; FINATTO, Paulo. Jornalismo de revista, meta-acontecimento e discurso de autoridade. In: LEAL, Bruno; ANTUNES, Elton; VAZ, Paulo B. *Jornalismo e Acontecimento*, v. 2. Florianópolis: Insular, 2011, p. 55-77.
- BENETTI, Marcia. O jornalismo como acontecimento. In: FONSECA, Virginia (Org.). *Jornalismo e acontecimento*. Florianópolis: Insular, 2010, p. 143-164.
- BENETTI, Carina; FONSECA, Virgínia. (Orgs). *Acontecimento jornalístico*. Florianópolis: Insular, 2010.
- BRAGA, José L. Cartas de leitores como dispositivo social crítico. In: Anais do IV Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom.. São Paulo, set. 2004.
- CAMPOS, Gastão W.S. O pesadelo macabro da covid-19 no Brasil: entre o negacionismo e desvarios. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, 2020.
- CHANDLER, Daniel; MUNDAY, Rod. *Dictionary of Media*. Oxford: OUP, 2010.
- COHN, Gabriel. A atualidade do conceito de “Indústria Cultural”. In: MOREIRA, Alberto. *Sociedade global: culturas e religiões*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CRESSWELL, Julia. *Dictionary of Word Origins*. Oxford: OUP, 2010.
- ECO, Umberto. *A estrutura ausente*. São Paulo: Perspectiva, 1971.
- FEATHERSTONE, Joey; ZHANG, Jingwen. Feeling angry: the effects of vaccine misinformation. *Health Communication*, v. 25, n. 1, p. 692-702, 2020..
- FLORIDI, Luciano. *Information*. Oxford: OUP, 2010.
- FRANÇA, Vera R. V. Construção jornalística e dizer social. In: MOUILLAUD, M.; PORTO, Sergio (Orgs.) *O Jornal*. Brasília: Ed. UnB, 2002, p. 484-501.
- FRANCO, Maria Laura P. *Análise de Conteúdo*. Brasília: LiberLivro, 2012.
- FREELON, Deen; WELLS, Chris. Desinformation as political communication. *Political communication*, v. 37, n. 2, p. 145-156, 2020,
- GENRO FILHO, Adelmo. *O segredo da pirâmide*. Porto Alegre: Tchê!, 1987.
- GOBRY, Ivan. *Le vocabulaire grec de la philosophie*. Paris: Elipses, 2010.
- HABERMAS, Jürgen. Political Communication in media society: does democracy still enjoy an epistemic dimension? *Communication Theory*, v. 14, n. 4, p. 411-426, nov. 2006.

- KOO, Alex *et al.* . What motivates people to correct misinformation? *Journal of Broadcasting and Electronic Media*, v. 65, n. 1, p. 111-134, 2021.
- LEAL, Bruno; ANTUNES, Elton L.; VAZ, Paulo. *Para entender o jornalismo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- LEEPER, T.J.; SLOTHUUS, R. Political parties, motivated reasoning and public opinion formation. *Political Psychology*, v. 35, n. 1, p. 129-156, 2014.
- LI, Jianing. Toward a research agenda on political misinformation and corrective information. *Political Communication*, v. , n. 1, p. 125-135, 2020.
- LIMA, Myriam; FERNANDES, José; COSTA, Rosa M. D. Os leitores de A Gazeta do Povo diante de um jornal em desmaterialização. *E-Compós*, v. 22, n. 1, p. 1-23, 2019.
- MACHADO, Carolina de Paula; SILVA, Sueli Schreiber da; MACHIAVELLI, Gabriel. O equívoco, a ressignificação e o ético: a disputa pelos sentidos de imunidade de rebanho. *Revista Conexão Letras*, Porto Alegre, v. 17, n. 27, p. 49-68, jan./jun 2022.
- MARCONDES FILHO, Ciro (Org.) *Dicionário de Comunicação*. São Paulo: Paulus, 2014.
- MARTINO, Luís M. S. *Teoria da Comunicação*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- MATHEUS, Leticia Cantarela. O leitor e o cotidiano na história do jornalismo. *Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano*, n. 1, p. 44-59, jan./abr. 2013.
- MCNAIR, Brian. *The sociology of journalism*. Londres: Arnold Press, 1998.
- MEDTISCH, Eduardo. *O jornalismo como forma de conhecimento*. São Paulo: Alfa-ômega, 1992.
- MELO, José M. *Teoria da Comunicação*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- MELO, José Marques de. *Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro*. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.
- MOLES, A. *Teoria da informação e percepção estética*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978.
- MONTALBANO, Lori. American Covideology. *Global Media Journal*, v. 15, n. 1, p. 1-26, 2021.
- NUNES, Felipe; PEREIRA, Frederico Batista. Presidential influence and public opinion during crisis: the case of covid-19 in Brazil. *International Journal of Public Opinion Research*, v. 34, n. 2, 2022.
- OJI, Majority. Conspiracy theories, misinformation, disinformation and the coronavirus. *Journal of African Media Studies*, v. 14, n. 3, p. 439-453, 2022.

- PASTOR, Luís. Un análisis de las cartas al director en diarios de referência internacional. *Comunicación y Sociedad*, v. 19, n. 1, p. 129-158, 2006.
- PEREIRA, Carlos; MEDEIROS, Amanda; BERTHOLINI, Frederico. O medo da morte flexibiliza perdas e aproxima polos: consequências políticas da pandemia de covid-19 no Brasil. *Revista de Administração Pública*, v. 54, n. 4, jul./ago. 2020.
- PERRIN, Andrew. 'Since this is the editorial section I intend to express my opinion': inequality and expressivity in letters to the editor. *The Communication Review*, v. 19, n. 1, p. 55-76, 2016.
- PIGNATARI, Décio. *Informação. Linguagem. Comunicação*. São Paulo: Perspectiva, 1967.
- RICHARDSON, John; FRANKLIN, Bob. Letter of intent. *Political Communication*, v. 21, n. 1, p. 459-479, 2004.
- SANTO, Patrícia E. *O que informam as cartas de leitores e leitoras enviadas a jornais impressos: os casos do Estado de Minas e do Le Monde*. 2012. Tese (Doutorado em Ciências da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).
- SANTO, Patrícia E.; DUMONT, Lígia M. As cartas de leitores e leitoras enviadas a jornais impressos: o que querem informar os assinantes do jornal Estado de Minas. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 19, n. 2, p. 174-190, abr./jun. 2014.
- SANTOS, Tarcyanie C. Informação. In: MARCONDES FILHO, Ciro (Org.) *Dicionário de Comunicação*. São Paulo: Paulus, 2014.
- SHANNON, Claude; WEAVER, David. *Teoria Matemática da Comunicação*. São Paulo: Difel, 1975.
- SHEARES, Gavin *et al.* The viral power of fake news. *Linguistic and philosophical investigations*. v. 19, n. 1, p. 121-127, 2020.
- SHEN, Lijiang; ZHOU, Yanmengqian. Epistemic egocentrism and processing of vaccine misinformation. *Health communication*, v. 36, n. 11, p. 1405-1416, 2021.
- SILVA, Gislene; SILVA, Marcos P.; FERNANDES, Mario L. *Critérios de noticiabilidade*. Florianópolis: Insular, 2014.
- SILVA, Marisa T. Newspractices and letters to the editor. *Journalism Practice*, v. 6, n. 2, p. 250-263, 2012.
- SILVA, Marisa. *As cartas de leitores na imprensa portuguesa*. 2009. Tese (Doutorado em Comunicação). Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- SPONHOLZ, Liriam. *Jornalismo, conhecimento e objetividade*. Florianópolis: Insular, 2009.
- STEFANITA, Oana; CORBU, Nicoleta; BUTUROIU, Raluca. Fake news and the third-person effect. *Journal of media research*, v. 11, n. 3, p. 5-23, 2018.

THORSON, Emily. Belief echos: the persistent effects of corrected misinformation. *Political Communication*, v. 33, n. 1, p. 460-480, 2016.

TUCHMAN, Gaye. *Making News*. Nova York: Free Press, 1978.

WAHL-JORGENSEN, Karin. Letters to the editor as a forum for public deliberation. *Critical studies in media communication*, v. 18, n. 3, p. 303-320, 2001.

WALTER, Nathan; SALOVICH, Nikita. Unchecked vs. Uncheckable. *Mass communication and society*. v. 24, n. 4, p. 500-536, 2021.

WANG, Rui *et al.* Fake news or bad news? *Asian journal of communication*. v. 30, n. 5, p. 317-342, 2020.

Luís Mauro Sá Martino - Cásper Líbero – FCL

Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Docente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e na graduação em Jornalismo da Faculdade Cásper Líbero.

Email: lmsamartino@gmail.com

Itamar Montalvão - Cásper Líbero – FCL

Jornalista e Mestre em Comunicação pela Faculdade Cásper Líbero.

Email: itamar.montalvao@gmail.com